Cresce reciclagem de resíduos de açougues

Na Grande São Paulo são descartadas 800 toneladas/dia de restos de carcaças de animais, gerando movimento de R$ 4 bilhões/ano para as graxarias

Cristina Carvalho
ccarvalho@brasileconomico.com.br

Os açougues e frigoríficos da Grande São Paulo geram diariamente cerca de 800 toneladas de lixo oriundos de restos de animais como bois e aves, que sem um descarte correto pode prejudicar seriamente o meio ambiente, contaminando rios e solos. De olho na preservação ambiental e também na oportunidade de reaproveitamento desses dejetos para produção de ração para peixe, aves e pet, alguns frigoríficos e empresas se especializaram na atividade, chamada graxaria.

O diretor da Feira Internacional das Graxarias (Fenagra), Daniel Geraldi, conta que a serventia dos dejetos não se limita apenas a fabricação de ração, mas atende também setores de cosméticos, produtos de higiene e limpeza, biocombustíveis, entre outros.

Segundo Geraldi, o setor pecuário é um dos mais importantes para as graxarias. "São das sobras de ossos de bovinos que essas empresas retiram substâncias para fabricação de farinha para ração animal, e do sebo – gordura – matéria prima para biodiesel, sabão e sabonete.

> Existem no país 512 graxarias, que empregam 65 mil pessoas e movimentam cerca de R$ 4 bilhões anualmente

Além de beneficiar esses diversos setores da indústria, o mercado de graxaria, que movimenta cerca de R$ 4 bilhões por ano, também é um importante gerador de oportunidades de empregos. "Atualmente há 512 graxarias que empregam em média 65 mil pessoas", conta.

Pelo fato de as ações governamentais para o recolhimento e descarte correto desses subprodutos ainda serem ineficientes, Geraldi argumenta que o trabalho feito pelas empresas pode ser considerado um serviço de utilidade pública. "O recolhimento das sobras animais não é importante apenas para frigoríficos, que acabam gerando receita, mas também para a sociedade. É a população que se sente mais segura, sabendo que o meio ambiente está sendo preservado", destaca.

O diretor da graxaria Razzo, Gustavo Razzo, também foca na relevância do setor para a preservação ambiental, argumentando que se essas sobras fossem destinadas aos aterros sanitários, o Brasil poderia viver um grave problema de saúde pública. Ele lembra que na Europa essa coleta é subsidiada pelo governo. "Aqui é uma atividade particular das indústrias", diz.

Para ampliar discutir as perspectivas do setor, incluindo as inovações tecnológicas, será realizada nos dias 8 a 9 de maio no Espaço Frei Caneca, em São Paulo, a Feira Internacional de Graxarias, que reunirá graxarias, frigoríficos e açougues. "É uma boa oportunidade para quem quer conhecer mais o setor", diz Geraldi. ■

Marcos Bergamasco/Folhapress

1

Antonio Cruz/Abr

2

1. O manejo correto dos descartes de carcaças de animais permite a obtenção de vários subprodutos, inclusive ração para peixe
2. Ministro Gilberto Carvalho: programa terá Brasil sem Lixão, Recicla Brasil e Pró-Catador como eixos

Lixões com data marcada para acabar

Plano prevê que, a partir de 2014, país tenha apenas aterros sanitários para receber rejeitos

O governo vai lançar brevemente um programa para tratamento de resíduos sólidos baseado em três eixos: Brasil sem Lixão, Recicla Brasil e Pró-Catador. A informação é do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, explicando que as ações do programa estão estruturadas no sentido de cumprir as determinações do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, aprovado em 2010.

O primeiro eixo terá ações conjuntas entre estados, municípios e o governo federal e visa a eliminar os lixões de todas as cidades até agosto de 2014. O segundo irá estimular a reciclagem, e o Pró-Catador atuará para estruturar as cooperativas de catadores.

O programa está na fase final de elaboração e, de acordo com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, os próximos passos são formatar os aspectos jurídicos.

Ao falar sobre um dos maiores desafios do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que é a eliminação dos lixões até 2014, a ministra lembrou que, a partir do plano, essa passou a ser uma responsabilidade compartilhada entre os entes federados.

A ministra observou também que muitas cidades ainda não têm a infraestrutura para implementar o patamar necessário de reciclagem no país. ■ **ABr**

Fonte: Brasil Econômico, São Paulo, 22 mar. 2012, Primeiro Caderno, p. 17